

**RICHARD HINGLEY. *GLOBALIZING ROMAN CULTURE – UNITY, DIVERSITY AND EMPIRE*, LONDON & NEW YORK. ROUTLEDGE, 2005, 208 p.**

---

Renata Senna Garraffoni\*

Richard Hingley é professor do Departamento de Arqueologia da Universidade de Durham, na Inglaterra. Nos últimos anos, tem se dedicado a diferentes áreas de atuação, as quais incluem estudos arqueológicos sobre as populações romanas e nativas das províncias do norte e oeste da Grã-Bretanha e reflexões sobre a importância de revisões teórico-metodológicas para possibilitar novas abordagens acerca do passado romano. No bojo de tais reflexões, a desconstrução de discursos imperialistas do início do século XX que fundamentaram conceitos e leituras sobre o passado romano, tanto na História como na Arqueologia, ocupa um papel de destaque em seus estudos. *Globalizing Roman Culture*, publicado recentemente pela editora Routledge, é uma obra que contém um aprofundamento destas reflexões, apresentando uma síntese dos principais debates acerca das imagens do Império romano ao longo do século XX, além de oferecer ao leitor a possibilidade de buscar caminhos alternativos para pensar a relação entre as culturas antigas.

Logo no início do primeiro capítulo, **The past in the present**, o autor deixa claro sua postura. Partindo da constatação que a expansão romana é um fato, afirma que caberia aos estudiosos do mundo antigo perceber como o presente vivido pelo pesquisador influencia em sua leitura sobre o passado. Nesse sentido, argumenta que os modernos debates sobre globalização podem lançar luzes para nos aproximarmos da expansão romana a partir de outros viéses interpretativos, entre eles a relação entre unidade e diversidade, o local e o global.

Para alicerçar seus argumentos, Hingley se pauta na perspectiva pós-moderna, criticando a meta-narrativa e o plano objetivo nos quais as interpretações sobre o Império Romano foram construídas no início do sé-

\* UFPR.

culo XX. Destaca como durante esse processo as fontes escritas foram privilegiadas e a Arqueologia reduzida a comprovar ou ilustrar os textos, encoraja os estudiosos a explicitarem seus princípios de interpretação e não se esconderem sob uma pretensa neutralidade e, além disso, insiste na importância dos estudos teórico-metodológicos para a construção de novos modelos para o estudo do mundo romano.

A base de sua argumentação consiste, portanto, em desconstruir a noção de Império Romano que temos em mente. Chama a atenção para o fato de que toda a interpretação do período de Augusto é feita a partir de textos que, na sua grande maioria, estão imbuídos de uma visão elitista e masculina e constituem um discurso de dominação. Para Hingley, muitos estudiosos modernos empregam os textos antigos sem levar esses aspectos em consideração. Neste sentido, sua perspectiva de análise busca por alternativas a esse modelo hegemônico de se entender o Império Romano, evitando crivos e dicotomias, como civilizados e bárbaros, por exemplo.

Tendo exposto seus preceitos teóricos, o leitor é introduzido ao segundo capítulo, **Changing concepts of Roman identity and social change**. Aqui Hingley apresenta uma síntese de vários aspectos de seu trabalho ao longo dos últimos anos, afirmando que há evidências materiais e textuais sobre o mundo romano, assim como uma tradição moderna de interpretá-los, baseada na idéia de Romanização.

Discutir a noção de Romanização é central para entender o pensamento desse estudioso. Hingley afirma que Romanização é uma construção cultural moderna, estabelecida na virada do século XIX para o XX por estudiosos como Mommsen, Haverfield e Jullian, ou seja, é uma tentativa moderna de explicar como a cultura romana se espalhou por um território tão amplo. A base da idéia de Romanização consiste em pensar a cultura romana como monolítica e em uma relação entre romanos e nativos marcada pela aceitação passiva da superioridade dos primeiros. Essa percepção do papel de Roma foi fundamental para definir as categorias de “bárbaros” e “civilizados” e, gradativamente, o conceito romano de *humanitas* foi entendido dentro de uma perspectiva teleológica, num contexto de progresso, indicando a superioridade cultural dos romanos sobre os povos conquistados. Assim, Hingley contextualiza a formação do conceito dentro da perspectiva moderna, fundada em uma meta-narrativa que buscou construir uma unidade imperial, centralizada e unificada, isto é, textos e cultura material romana foram entendidos

como meio de se alcançar progresso tecnológico; por isso os povos nativos abandonariam suas culturas de origem e adotariam a romana.

O descontentamento com este modelo veio já na década de 1930, com Collingwood. Este estudioso focou seus estudos não nos romanos, mas nos povos nativos, abrindo uma nova perspectiva que se consolidaria somente após os anos de 1960. Essa abordagem passou a ser conhecida como “nativista”, pois buscava pela resistência nativa ao domínio romano, pensamento do qual Hingley é herdeiro. Um dos grandes expoentes desse pensamento é Martin Millett que, no início da década de 1980, começou a romper a dicotomia entre romanos e nativos. Sua estratégia de interpretação desloca de Roma o centro de poder e indica os interesses dos nativos em adotar a cultura romana, provocando uma crítica mais elaborada aos modelos romanocêntricos e permitindo uma nova visão acerca dos modelos interpretativos vigentes até então.

Hingley destaca que o trabalho de Millett, mesmo que algumas vezes ainda estabeleça uma passividade entre os nativos, provocou profundas mudanças entre os estudos, pois a partir dele se formaram duas possibilidades de se entender a expansão romana: a tradicional, a noção de Romanização, na qual há uma ação direta de Roma, e a nova perspectiva que se formava, a ação indireta, na qual a elite nativa desempenhava um papel fundamental de negociação cultural, até então desconsiderada.

Chegamos, então, no ponto nevrálgico do argumento de Hingley: a partir das abordagens dos nativistas é possível pensar em uma forma alternativa de expansão e, consequentemente, de cultura, pois não teríamos mais uma cultura única e monolítica que se sobrepõe às demais, mas a possibilidade de negociação de valores flexibilizando a relação entre os povos em questão. Assim, os capítulos **Roman imperialism and culture**, **The material elements of elite culture** e **Fragmenting identities**, explicitam essa noção indicando a perspectiva tradicional de cultura romana e os modos de questioná-la, flexibilizando a própria idéia de Império.

Resumidamente, é possível afirmar que os argumentos desenvolvidos nesses três capítulos apontam para uma nova percepção das relações entre os povos que viveram sob o domínio de Augusto. A expansão é entendida a partir de dois pontos: o trabalho escravo e a cultura da elite, esta representante dos símbolos e da educação clássica que conhecemos e, de alguma maneira, herdamos. Hingley destaca que não há uma palavra que possa ser definida como “cultura” entre os latinos, o que indica que este

termo é, também, um conceito moderno que se originou nos meios da Antropologia, mas que pode ser útil para repensar o mundo romano, assim como suas relações. Cultura é entendida, portanto, como formas de identidades entre pessoas e a maneira na qual vivem em seu cotidiano.

Partindo dessa definição mais ampla, o autor foca na percepção de cultura que se desenvolveu no campo da Arqueologia e destaca dois momentos. Desde o final do século XIX até por volta dos anos de 1960, cultura no pensamento arqueológico está articulada à noção de raça e território. Com o desenvolvimento da New Archaeology, nos anos de 1960, cultura passa a ser entendida como o meio no qual as pessoas mudam o ambiente em que estão envolvidas. Embora os métodos de análise tenham se alterado, a noção de cultura segue inquestionável, como um dado integrado, estático e unificado, sendo, no caso dos romanos, dividida em dois grandes blocos opostos: a romana e a bárbara.

Hingley desenvolve ao longo do livro uma perspectiva teórica que desloca esta dicotomia e afirma que cultura e, consequentemente, identidade, não podem ser entendidas como blocos estáticos que se sobreponem, mas como relações de poder pelas quais é possível se identificar e comunicar diferentes mensagens, enfatizando as possibilidades de interação e conflitos, redefinindo locais e contextos. Nesse viés analítico, cultura romana é entendida não como algo que atinge a todos os grupos, mas como traços que identificam a elite. Não está baseada em etnicidade e nem em grupos lingüísticos, mas na possibilidade de alcançar *status* e poder local por meio da obtenção da cidadania romana. Assim, a partir dessa perspectiva, cultura romana é entendida como um tipo de educação precisa, formada por um *corpus* de textos e cultura material que se opõe ao que seria bárbaro, ou seja, aquele que está mais próximo da natureza. A inovação conceitual permite que entendamos *humanitas* não mais nos moldes do século XIX, de progresso, mas como um comportamento aristocrático que diferencia esse grupo tanto de bárbaros como de romanos de origem humilde.

Ao longo desses três capítulos, Hingley comenta textos antigos, mas enfatiza a contribuição da cultura material para produzir essas novas interpretações. Considerando a cultura material como traços físicos da sociedade e meios de comunicação não-verbal, o autor procura os meios nos quais textos e artefatos interagem, reforçando que a grande maioria do que chegou até nós ou o que foi escavado até hoje são elementos que constituem o cotidiano da aristocracia. Comentando casos específicos de sítios arqueoló-

gicos na atual Inglaterra, Espanha, Alemanha e França, desde assentamentos militares a cidades romanas, Hingley afirma que a grande maioria dos dados provêm de lugares em que a presença romana era mais intensa, mas que dos arredores ou dos meios rurais mais afastados pouco se conhece.

A partir dessas considerações, Hingley propõe que a compreensão dessa forma de identidade romana ajuda a pensar as relações de poder, mas destaca que é parcial, fundamentada nas percepções e valores da elite, apresentando pouco espaço para o entendimento do outro. Ao flexibilizar a noção de identidade romana e indicar que a maioria das evidências que temos são as que provêm da aristocracia, Hingley apresenta uma nova forma de entender a expansão romana. Por um lado, indica a formação de uma nova cultura aristocrática imperial, baseada na disseminação do latim como língua comum, o que facilita a comunicação à longa distância. Por outro, permite entender a produção, troca e consumo de artefatos nesse período de uma maneira menos centralizada e mais balanceada, abrindo espaço para se pensar a possibilidade de negociação entre os membros das elites e um maior conhecimento da situação dos nativos e romanos de origem humilde.

A proposta de Hingley preza por um repensar de conceitos dados de cultura e identidade e busca novas definições a partir da relação do local com o global, tornando a noção de império menos rígida, evitando dicotomias estanques e evidenciando o reconhecimento de adaptações e resistências à nova condição social que se formava. *Globalizing Roman Culture* é, portanto, uma leitura instigante. Além de destacar a potencialidade dos estudos pós-modernos e sua contribuição na construção de novas abordagens sobre o mundo romano, questiona tradições eurocêntricas de pensamento, abrindo espaço para romper dicotomias e explorar a complexidade das sociedades antigas.

Ao enfatizar postura teórico-metodológica pautada na interdisciplinaridade, permite aos estudiosos uma reflexão profunda sobre a relação entre seu presente e o passado a ser interpretado, refresca as possibilidades de entendimento do mundo romano, tão marcado pela homogeneidade e pelos modelos normativos, abrindo caminhos para novas pesquisas sobre os marginalizados e os conflitos sociais. Por fim, indica que ainda há muito trabalho a ser feito e, focando mais uma vez em Roma, nos instiga a repensar nossas visões acerca do passado antigo, bem como nossas posturas políticas diante do presente em que vivemos.